



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO O INCÊNDIO DA POUSADA GAROA

Pauta: Oitiva da Sra. Marguet Inês Hoffmann Mittmann (Diretora-Geral do IGP), do Sr. Elton Bozzetto (da Pastoral do Povo da Rua) e outros.

 **PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL):** (9h42min) Bom dia. Está aqui o Ver. Marcos Felipi, que é o relator da CPI; está aqui o Ver. Rafael Fleck também, vice-presidente da CPI. Estão os vereadores aqui: Ver. Coronel Brilhante Ustra; Ver. Hamilton Sossmeier; Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Gilvani o Gringo. Portanto, temos quórum, há sete vereadores presentes, temos quórum. Certamente os demais estarão chegando a qualquer momento. Eu vou pedir que a Luciana Vacari distribua aos vereadores que não receberam – só recebermos eu, o relator, o vice-presidente, o Ver. Hamilton e o Ver. Mauro Pinheiro – as atas, os demais; acho que só faltam duas, então. Só para colocar em votação e já seguirmos o trabalho. É mais um aspecto formal, não tem problema. Não sei se o Ver. Ustra recebeu a ata? Duas copiazinhas, que nem as do Hamilton ali. Recebeu? (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Tá. Enquanto isso, como temos quórum, já vou dando o relato. Nós tivemos, eu tenho aqui, relator, vice-presidente, vereadores, algumas respostas de ofícios encaminhados, que os tenho todos. Vou dar exemplos: nós convocamos a Sra. Marguet, que era diretora-geral do Instituto-Geral de Perícias, na época da tragédia do fogo na Farrapos, Pousadas Garoa. E o IGP informou que eles já prestaram suas informações à Polícia Civil, e que não, por ser – está aí o Ver. Ramiro Rosário, também presente – por ser algo muito reservado do ponto de vista da tragédia, da tristeza e dos familiares, eles têm a prerrogativa de não informar diretamente, a não ser a obrigação legal da Polícia Civil. Nós insistimos. E eu



marquei a possibilidade de uma conversa, se nós não suprimos isso de outra maneira. A Polícia Civil, por outro lado, como ela concluiu um relatório que não foi aceito no MP, o Ministério Público recebeu o relatório da Polícia Civil, entendeu que não se tratava de homicídio culposo e declinou da competência para encaminhar... Perdão, encaminhou como homicídio culposo para o Judiciário. O Judiciário recebeu e declinou da competência para a Vara do Júri, por entender que havia homicídio com dolo eventual. E agora a Vara do Júri declinou da competência para uma Vara Criminal Comum. Bem, é uma questão do Judiciário, não é de análise da CPI, mas eu informo isso para dizer que nós já oficiamos agora a 2ª Vara Criminal, onde está o relatório, para que nos mandem o relatório da polícia que inclui o do IGP. Então, nós estamos aguardando este agora, este relatório da Polícia Civil, que, repito, inclui o do IGP, e acho que, com o Judiciário, não teremos problemas. Se tiver alguma dificuldade, eu vou convidar o relator, o vice-presidente também, conversarmos lá com S. Exa., o magistrado da 2ª Vara Criminal. Por outro lado, a EPTC nos informou que não tem mais as imagens daquele período, ela guarda por duas semanas, o que tem lógica. Porém, a Guarda Civil nos informou que tem de determinados, de algumas horas antes do incêndio, até durante o incêndio, e algumas horas depois, mas que, face ao tempo decorrido, ao prazo, já não poderia disponibilizar o material. Depois, eu mandei um novo ofício, porque eu tinha informação de que eles teriam o material, e eles retificaram a primeira informação, dizendo que vão disponibilizar o material à nossa CPI. Então, teremos, em breve, esse material, espero que esta semana. Vejam bem, ele vem da Guarda Municipal, mas ele é praticamente igual, idêntico ao da EPTC, e é o mesmo sobre o qual se debruçou e trabalhou a Polícia Civil. É o mesmo conjunto de vídeos, conjunto de imagens, em relação ao qual a polícia trabalhou. Dadas essas informações, eu queria colocar em votação as atas anteriores. Se não há objeção, eu dou por aprovadas. Vou chamar, relator, para a Mesa, o Sr. Elton Bozzetto. O Sr. Elton Bozzetto está aí? Vou pedir que se sente ali, onde está aquele microfone, Sr. Elton. Pois não, Ver. Rafael Fleck, vice-presidente da Comissão.



VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Bom dia, Presidente, colegas vereadores. Presidente, eu me ausentei uns minutos, fui até o plenário conversar, mas saiu uma matéria, esse final de semana, se não me engano no Correio do Povo, dizendo que a CPI não tinha acordado ainda sobre o plano de trabalho...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É...

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): E como, semana passada, já havia esse consenso no plano de trabalho proposto por V. Exa. e pelo colega Marcos Felipi, eu acho que nós teremos que esclarecer, até para não ficar o dito pelo não dito, né?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito bem lembrado. Tivemos uma reunião, eu na condição de Presidente, o Ver. Marcos Felipi na condição de relator, o Ver. Rafael Fleck na condição de vice-presidente, e vários vereadores auxiliaram, eu quero simbolizar na pessoa do Ver. Hamilton Sossmeier, que já havia também sugerido algo dessa natureza, e chegamos a um acordo, um consenso quanto ao plano de trabalho, que tem funcionado muito bem. Então, na verdade, há um equívoco da imprensa nesse sentido, porque nós tivemos um acordo, sim, um consenso, sim, quanto ao plano de trabalho, então não procede essa informação da imprensa. Mas bem lembrado pelo Ver. Rafael Fleck, para poder informar. Vereador-relator Marcos Felipi.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Bom dia a todos; bom dia, Presidente, em seu nome cumprimento os colegas vereadores. Hoje nós vamos escutar aqui o Sr. Elton Bozzetto, da Pastoral do Povo da Rua. Infelizmente, as outras duas pessoas que seriam ouvidas hoje não puderam estar presente, o Presidente já explicou aqui a questão do IGP; e também um morador, está aqui como morador e vítima sobrevivente, Carlos César da



Costa Silva. Então eu reforço, sei que as nossas assessorias estão bem empenhadas nisso, de o quanto antes a gente ter acesso ao inquérito policial, porque como a própria resposta do IGP nos trouxe, da negativa de estar aqui presente, o próprio inquérito, ali estão os laudos e o que naquele momento se entendeu do incêndio. E também, caso algum morador ou vítima sobrevivente não venha nesta CPI, mesmo com a nossa convocação, caso essa pessoa tenha feito, no inquérito, um depoimento, a gente anexa para que a gente possa fazer as nossas análises. Então, também, Presidente, queria, antes de a gente ouvir aqui a testemunha, o senhor fez uma sugestão, na sexta ou no sábado, de mais uma pessoa, e eu acho isso importante para que a gente tenha a celeridade ou o maior número de pessoas para ter o documento mais completo possível. Eu gostaria também de incluir agora, hoje, possivelmente, mais duas pessoas, vítimas sobreviventes ali, para que, nessa semana em que as assessorias estão tentando contato, que as pessoas venham, caso a gente não tenha um quórum lotado, como a gente gostaria, a gente consiga incluir e ter essa margem. Então, respeitando ali, até quarta-feira, a gente inclui as sugestões e, se na quinta-feira a gente tem um número relativamente suficiente, para a gente poder ouvir na segunda-feira que vem, não só uma pessoa, mas talvez duas ou três, para deixar mais qualificado, e a gente também dar celeridade na CPI. Se o senhor concorda...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Concordo, eu acho importante, inclusive, nós termos uma possibilidade de otimização do nosso tempo. E, aliás, aproveitando a intervenção do relator – me alerta o Ver. Hamilton Sossmeier, e muito bem, eu agradeço –, eu só coloco em votação o plano de trabalho acordado, se não há divergência, então, considero acordado, consta da ata. Obrigado, Ver. Hamilton. E nós temos aqui o Sr. Elton Bozzetto. Ele mesmo vai se apresentar, mas eu sei algumas coisas do Sr. Elton, que conheço há vários anos, e o trabalho dele com pessoas em situação de rua. Mas eu acho importante que ele mesmo diga, e eu vou tomar a liberdade de fazer as minhas perguntas, depois já passa ao relator, ao vice-presidente e aos



demais integrantes da comissão, e, eventualmente, algum vereador não integrante também que compareça. Sr. Elton Bozzetto, o senhor trabalha com pessoas em situação de rua? Se for afirmativa a resposta, por quê?

SR. ELTON BOZZETTO: *Ok.* Ver. Pedro Ruas, bom dia; saudar os demais vereadores, que a gente tem contato desde há muito tempo, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Sossmeier, prazer em revê-lo, de quem eu tive a honra de receber desta Casa o título de Cidadão de Porto Alegre, muito obrigado pela deferência; aos demais vereadores que integram a Comissão e aqueles que nos acompanham. Ver. Pedro Ruas, eu trabalho com a população de rua por uma missão pessoal e por uma convicção. Primeiro, muitos de vocês já, como nos conhecem, eu sou membro da Igreja Católica Apostólica Romana e, há mais de 30 anos, aliás, completei nesse mês, com muita satisfação, 30 anos de trabalho vinculados à Arquidiocese de Porto Alegre na área social. E, desde que comecei meu trabalho, sempre, na instituição à qual eu estou vinculado, nós atendemos pessoas em situação de rua, Ver. Pedro, porque é condição mínima para a garantia da dignidade humana que a gente, em primeiro lugar, acolha as pessoas. E, depois de acolhê-las, atender às suas necessidades básicas e mais importantes. Esta é a orientação que nós trabalhamos na Pastoral do Povo da Rua. Desde esse período que eu trabalho na ação social da igreja católica, eu trabalho com pessoas em situação de rua. Mas, a partir de 2018, nós criamos, em Porto Alegre, por uma orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ver. Mauro, a Pastoral do Povo da Rua, que é uma entidade vinculada à igreja católica, com atuação em todo o País, com uma metodologia, um programa de atuação, com objetivos, metas, princípios do atendimento e para a garantia da condição de dignidade para as pessoas em situação de rua. É por essa razão que, por uma convocação do nosso arcebispo, o cardeal Dom Jaime Spengler, eu assumi a coordenação da Pastoral do Povo da Rua, em 2018, para início de 2019, quando formalizamos, em Porto Alegre, a pastoral, e que atua diretamente no atendimento à população em situação de rua, e também sendo porta-voz, sendo a voz



daqueles que não tem voz ou não lhes é dada voz para que falem das suas realidades, das suas necessidades, das suas demandas. E também porque muitas pessoas em situação de rua, e eu penso que a CPI tenha se defrontado com isso, têm receio em se manifestar por conta de represálias, por conta de impedimento no atendimento a serviços – eu não estou falando estritamente do serviço público, de modo geral –, e sobretudo pelo preconceito que existe em nossa sociedade para as pessoas em situação de rua. Preconceito que, nós, da pastoral, trabalhamos com muita força para que seja superado isso, para que as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe agradeço. Estou satisfeito com a resposta. A gente tem que ser objetivo aqui, Sr. Elton Bozzetto, a quem, repito, conheço, respeito e admiro o trabalho, sou um dos seus admiradores da sua atuação. E já continuando, porque há outras perguntas do relator, do vice-presidente e dos demais vereadores, o senhor conheceu, Sr. Elton, pessoalmente, algumas das vítimas que faleceram no incêndio, ou que sobreviveram ao mesmo incêndio que eu refiro, obviamente, é o da unidade da Pousada Garoa na Farrapos. Se o senhor conheceu?

SR. ELTON BOZZETTO: Pedro, por princípio, nós da pastoral, temos uma prática, com muita frequência, a gente, à noite, quando vai fazer atendimento, acompanhamento, busca conhecer as pessoas e, sobretudo, dialogar com elas. E aqui, eu até pedi hoje, pela manhã, para que a nossa secretaria pudesse me passar, e eu anotei alguns dos nomes que nós conhecemos. O João Luís Leal Gomes, Anderson Gauna Correa, Silverio Roni Martin, Dionatan Cardoso da Rosa e Douglas da Silva Alves.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E esses, me perdoe a pergunta, que eu não tenho o nome de todos na cabeça, algum desses sobreviveu?



SR. ELTON BOZZETTO: Não, desses aqui não, esses estão na lista dos falecidos, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Há conhecimento também dos que sobreviveram, de algum?

SR. ELTON BOZZETTO: Tem duas ou três pessoas que nós acompanhamos depois no atendimento e, inclusive, um usou um codinome para que não fosse identificado, o CS. Ele pediu para que a gente não publicizasse o nome deles, e eu tenho receio aqui e não gostaria de publicizar o nome daqueles que sobreviveram, por solicitação. A gente tem profundo respeito, vereador, até pela Lei Geral de Proteção de Dados, em respeitar a decisão das pessoas de não declinar os seus nomes. Por isso, entre aqueles que estão falecidos, a gente tem toda a liberdade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O senhor fica à vontade, nós temos tido dificuldade, inclusive, de trazer os sobreviventes, porque esse receio, eles nos colocam claramente. Tem receio de retaliação, de não ser atendidos, de problemas com a polícia, enfim. E o senhor conhece, Sr. Elton, o conhecimento, o funcionamento geral dessa entidade chamada Pousadas Garoa?

SR. ELTON BOZZETTO: Eu tive a oportunidade de poder ingressar apenas em uma, Pedro, mas, como a gente convive diuturnamente com as pessoas em situação de rua, a gente ouve e conversa, dialoga, evidentemente, sobre as condições e sobre o tipo de atendimento prestado. E aí, uma das reclamações que eles fazem para nós é exatamente do período de funcionamento da pousada, de que, a partir das 23h, particularmente a pousada onde ocorreu o incêndio no final de abril do ano passado, às 23h, fechava as portas e não tinham mais acesso e nem possibilidade de saída.



PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O senhor tocou num tema que eu ia tocar logo após. Vinte e três horas seria um horário-limite para a entrada na pousada. Mas havia um horário-limite ou havia uma norma interna para algum horário ou impossibilidade de horário de saída?

SR. ELTON BOZZETTO: O que nos foi dito, não posso dizer o nome da pessoa, mas é uma liderança da Pastoral do Povo da Rua, é que, às 23h, se fechavam as portas, e a partir do amanhecer do dia era possibilitado sair.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu vou perguntar de novo, para que fique bem claro, nós temos uma ata sendo realizada. Às 23h, pelo que eu estou entendendo, o senhor me corrija se eu estiver enganado, não podia entrar e nem sair mais.

SR. ELTON BOZZETTO: A partir das 23h era cessada essa possibilidade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Isso, inclusive, para essa unidade que incendiou?

SR. ELTON BOZZETTO: Sim, sim.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Para todas.

SR. ELTON BOZZETTO: Um-hum.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E havia alguma portaria, uma pessoa, um porteiro, um guarda, um vigilante, um funcionário, um servidor, enfim, havia alguém controlando essa porta de entrada, ou ela era fechada e não ficava mais ninguém ali cuidando?



SR. ELTON BOZZETTO: Não, falava-se que, até às 23h, tinha recepcionista, alguém para receber essa entrada, mas depois eram fechadas as portas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Depois de fechada, não.

SR. ELTON BOZZETTO: É. (Pausa.) Aliás, se me permite, vereador...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

SR. ELTON BOZZETTO: Não sei se eu posso... Acho que nós... Nós vamos, inclusive, hoje à tarde, Ver. Sossmeier, ter uma reunião com o secretário-geral de governo e as secretarias da área social para nós debatermos, e vamos levar proposições, Ver. Pedro, porque eu acho que para mim o quarto objetivo da CPI, ele é extremamente importante. Nós não vamos recuperar as vidas, nós vamos conviver com a dor da partida. Agora, nós não podemos mais permitir que isso aconteça em Porto Alegre. Em novembro de 2023, tivemos aquela ocorrência aqui, próximo ao Cinema Capitólio, onde tinha uma pousada, e que nós, desde 2019, vínhamos insistindo para mudanças...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Aquela ali também é Garoa.

SR. ELTON BOZZETTO: É. Mudança e qualificação da política para a população em situação de rua, nem o CIAMP foi instalado. Aliás, o CIAMP, surpreendentemente, Ver. Pedro... E aqui até tenho os documentos que nós estivemos nesta Casa aqui participando de uma reunião aqui, no Ana Terra, e outra reunião lá no terceiro andar, na Comissão de Direitos Humanos, e entregamos documentos pedindo para que o CIAMP Rua fosse instalado em Porto Alegre. Isso foi retardado, retardado surpreendentemente após o incidente da Pousada Garoa, do incêndio, é que aí foi instalado o CIAMP, por quê? O CIAMP é um espaço de debate de construção conjunta das políticas públicas entre a sociedade e governo, né? E aí nós vamos propor também hoje



à tarde, queremos já trazer aqui para a CPI, Ver. Pedro, Porto Alegre precisa, a gestão de Porto Alegre – e aí nós estamos falando de responsabilidade constitucional – precisa instalar e observar a Lei Orgânica da Assistência Social. Abrigo, albergue, pousada não são serviços tipificados pela legislação da Política Nacional da Assistência Social. E, se esses itens não são observados na legislação, não passa, o serviço, pelo controle social, não passa, o controle, pelo Conselho Municipal da Assistência Social, por exemplo, e esse serviço precisa ser controlado. O art. 1º da Constituição Federal: “Todo o poder emana do povo, e em seu nome será exercido por representantes eleitos ou diretamente”, a palavra “diretamente” significa a população controlando a prestação do serviço público – isto é da ordem do 1º artigo da Constituição Federal. Se nós não implantarmos isso, Ver. Sossmeier, a sociedade não controla o Estado, e aí vem a pergunta: por que não ser controlado o serviço público, Pedro?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Bem, objetivando. O senhor falou porta trancada às 23h, eu vou só complementar a pergunta, mas antes, respeitosamente, pedir ao Ver. Mauro Pinheiro e ao Ver. Rafael Fleck, respeitosamente, que nos deem essa atenção aqui à testemunha. E também, respeitosamente, referir que chegou o Ver. Giovani Culau, ou o seu filho, porque chegou bem mais jovem pela cor do cabelo, mas chegou alguém parecido, igual dou presença. O Ver. Culau está presente...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ah, e o Ver. Alexandre Bublitz, perdão. Mas que está igual, não houve alterações na imagem. Quando o senhor falou, já estou concluindo, vou passar ao relator, quando o senhor falou no fechamento às 23h, o senhor tem ideia se é com corrente e cadeado ou outra forma? Tem a ideia do...



SR. ELTON BOZZETTO: Não, não tenho essa informação, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Sr. Léo Voigt, ex-secretário do Desenvolvimento Social, prestou depoimento aqui antes do senhor e disse que os quartos eram trancados por fora, por dentro e por fora. O senhor sabe como isso funcionava, ou não tem ideia?

SR. ELTON BOZZETTO: Se eu puder repassar à CPI, Ver. Pedro, eu tenho um vídeo, foi gravado aqui por uma das pessoas que ocupou um espaço na pousada, posso depois lhe fornecer, fornecer à relatoria...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim.

SR. ELTON BOZZETTO: ... da forma, do tipo de fechadura que era colocada. Isso está bem claro nesse material que foi recolhido.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu gostaria de receber, em nome da CPI, esse...

SR. ELTON BOZZETTO: Uma fechadura que se trancava por fora da porta.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu encaminho ao relator, ao vice-presidente e aos demais membros esse vídeo. Se o senhor puder fornecê-lo, já estou no aguardo e lhe agradeço. As pessoas.... Houve algum relato, essa é minha última pergunta, vou passar ao relator a palavra... Mas foi já colocado aqui, o tema é difícil, o secretário Léo Voigt afirmou que havia fiscalização, mas que havia aviso de alguém da FASC quanto à fiscalização. Eu lhe pergunto e aqui finalizo: o senhor, que acompanha tanto, havia fiscalização da Prefeitura na Pousada Garoa? E os extintores de incêndio eram fiscalizados? O senhor tem esse conhecimento?



SR. ELTON BOZZETTO: Não tenho esse conhecimento tão detalhado, Pedro. O fato é que, o que foi... A informação que posso trazer nesse sentido é que várias instituições prestadoras de serviços, como, por exemplo, o Ação Rua, que faz abordagem, as próprias entidades parceirizadas com o Município, dos Centros Pop, fizeram várias diligências nas pousadas e apontaram, elaboraram relatórios técnicos, e aí não é político nem de outra natureza, mas relatórios técnicos feitos por essas organizações apontando falhas no controle do serviço.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim.

SR. ELTON BOZZETTO: E esses relatórios já estão em poder da FASC, eu acredito que a CPI poderia fazer a solicitação...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Podemos requisitar ...

SR. ELTON BOZZETTO: ...para que tenha ali as informações mais concretas e coerentes.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe agradeço, estou satisfeito por ora e passo de imediato a palavra ao relator, Ver. Marcos Felipi, para os seus questionamentos, que entender devidos.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Parabéns, Presidente, pelas perguntas, eu tinha anotado algumas perguntas mas o senhor já fez...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Então vou seguir aqui no mesmo raciocínio. Senhor Elton, no seu relato, o senhor comentou que



às 23 horas fechavam os portões e lhe passaram a informação que eram abertos perto das 6 horas da manhã.

SR. ELTON BOZZETTO: No amanhecer do dia...

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Nós temos pessoas que acabaram sendo vítimas, acabaram falecendo, mas teve pessoas sobreviventes, que saíram da pousada. Como é que essas pessoas saíram da pousada, a pessoa que lhe informou que os portões eram fechados, como essas pessoas acabaram saindo na noite do incêndio, pelo relato que foi lhe passado?

SR. ELTON BOZZETTO: Eu não fui testemunha ocular, relator, porque não estava lá evidentemente, mas uma de nossas lideranças, que é uma pessoa em situação de rua, que é liderança da pastoral e que estava próximo ao local, quando ficou sabendo foi ao destino e disse que as pessoas pularam pelas janelas.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Na sua avaliação, pela experiência do trabalho que vocês prestam, como era avaliado o serviço da Pousada Garoa?

SR. ELTON BOZZETTO: Eu acho que a Pousada Garoa, relator, está dentro de um conjunto de serviços que são prestados pela municipalidade. Talvez pelo afã de responder imediatamente, ou por outras razões, a Pousada Garoa está neste rol de dificuldades que nós temos de implantação da política pública em Porto Alegre para a população em situação de rua. Quando a gente fala, por exemplo, em Casa de Passagem, nós estamos falando de um serviço prestado 24 horas, e aí tem recursos da política federal, orçamentários, para esse serviço, basta que o Município se habilite para eles. Nós estamos falando não apenas de um lugar para a pernoite, mas nós estamos falando de um lugar



em que há uma série de serviços que são necessários para a população em situação de rua, como, por exemplo, atendimento psíquico-emocional, como atendimento para aquelas pessoas atípicas que estão em situação de dependência química ou que têm comportamentos atípicos em relação àquilo que é comumente tratado como normal. Serviços de assistentes sociais, por exemplo, serviço de pessoas que encaminham para a qualificação profissional, serviço de educador social que ajuda a fazer essa inter-relação com o sistema educacional, por exemplo. Então, eu acho que o serviço das pousadas configura uma desqualificação do serviço que nós precisamos ter em Porto Alegre para atender adequadamente as pessoas em situação de rua. Então, eu não posso avaliar se a pousada é boa, se presta serviço ou não presta; eu quero avaliar a qualidade do serviço e a complexidade que ele exige, exatamente pela gestão do município de Porto Alegre. E esse, sim, nós precisamos qualificar.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Na sua avaliação, por que outras empresas prestadoras de serviço não participavam das licitações para oferecer esse tipo de serviço?

SR. ELTON BOZZETTO: Aí, eu acredito que é o contratante que precisa responder com mais clareza, porque a gente não conhece o objeto da efetivação do contrato. Então, isso precisaria ser esclarecido pelo gestor, para que nós tenhamos a clareza dos parâmetros estabelecidos para a realização do contrato e, aí, por que outras não se habilitaram.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Pela experiência de vocês – o senhor pode conhecer alguma das vítimas, o histórico de alguma delas –, tinha pessoas com álcool, com drogas? O convívio entre elas era harmônico? Se respeitavam, se conheciam? Sabemos ali que era um ambiente que poderia haver conflitos. Inclusive, tem versões que trazem de que... O Léo Voigt esteve aqui, o ex-secretário, dizendo que teve uma pessoa que acessou



a pousada, que não era da pousada, que teria conflito com algum dos moradores. Vocês, que conhecem os moradores, que conheciam algumas das vítimas e também sobreviventes, o que o senhor pode nos relatar sobre esse convívio entre as pessoas, sobre a realidade de fato dessa situação, que é complexa?

SR. ELTON BOZZETTO: Sr. Relator, a necessidade de um espaço para dormir é vital e faz parte do direito da pessoa que está em situação de rua. O acompanhamento a essa pessoa precisa ser integral. Então, ter um espaço para pernoitar é apenas um item da complexidade do serviço. Agora, se eu oferecer um serviço para essa pessoa pernoitar e se eu não fizer um acompanhamento técnico adequado, com todas as habilidades e necessidades profissionais, eu vou estar sequer atendendo bem esse primeiro serviço. Então, se havia conflitos internos, é mais uma comprovação de que não havia monitoramento dessa situação pela gestão. Que se tu contratas...

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Mas, então, havia conflitos, pelo convívio que vocês tinham com os moradores?

SR. ELTON BOZZETTO: Jamais foi relatado a nós qualquer conflito por aqueles com quem nós nos relacionamos dentro de uma pousada. Não foi nos relatado nenhum depoimento sobre esse assunto. Se é que existia, bom... Então, quem aponta essa informação deve trazer a comprovação desse fato. Eu não tenho conhecimento sobre isso.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Por ora, essas são as minhas perguntas, Presidente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Marcos Felipi, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, de imediato, passo ao Ver. Rafael Fleck, vice-presidente da nossa CPI.



VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Bom dia, Sr. Elton.

SR. ELTON BOZZETTO: Bom dia.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Tudo bem? Duas perguntas, Elton. Primeiro, se o senhor tem conhecimento, acho que não ficou muito claro na sua fala, se há ocorrência e atuação de facções dentro das pousadas?

SR. ELTON BOZZETTO: Se há ocorrência... Não, não tenho essa informação, não tenho esse dado, se há, de fato, qualquer controle ou incidência de facções criminais dentro das pousadas, eu não tenho essa informação. E as pessoas que participam conosco, Ver. Fleck, jamais relataram ou nos deram informações sobre esse tipo de ocorrência dentro das pousadas.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): O senhor fez referência sobre o incêndio de 2022. Ali, o senhor tem conhecimento se esse incêndio foi criminoso?

SR. ELTON BOZZETTO: Não, não posso qualificar como criminoso, porque não tenho o detalhamento suficiente do contexto aproximado dessa ocorrência. Apenas informações sobre a qualidade dos serviços, aí posso lhe dizer. Mas, se foi criminoso, não tenho essa avaliação.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): O senhor fez referência sobre algum relatório que o Centro POP enviou à FASC. E ali o senhor alega, nos informa que o relatório teve um laudo técnico do Centro POP sobre a questão dos extintores. Esse relatório foi feito por algum engenheiro ou foi feito por algum assistente social?



SR. ELTON BOZZETTO: Não, não foi laudo técnico. Foi relatório feito por técnicos das entidades que executam o serviço terceirizado em Porto Alegre, Ver. Fleck, então não chega a ser laudo técnico. Isso é relatório apontando as deficiências e a condição da prestação do serviço.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Para finalizar, Presidente, o Centro POP é uma entidade, uma associação sem fins lucrativos, que atua no atendimento da assistência social. O senhor acredita que essa entidade possa fiscalizar outro contrato do Município?

SR. ELTON BOZZETTO: Como avaliação... Não tem o caráter de fiscalização, tem o caráter de apontar deficiências na demanda do atendimento, não é processo de fiscalização. Para o processo de fiscalização, conforme o contrato prevê, tem pessoas com autoridade designada para fazer o processo de fiscalização.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Aproveitando só uma pergunta do Ver. Fleck, muito bem feita; quando o senhor fala assim, nas más condições, o senhor está incluindo ou não os extintores de incêndio?

SR. ELTON BOZZETTO: Eu estou incluindo toda a prestação de serviço, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Só porque me faltou esse dado. Pergunto aos demais vereadores, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. Brilhante Ustra, Ver. Alexandre Bublitz, Ver. Giovani Culau e Coletivo, Ver. Mauro Pinheiro, fiquem à vontade para... O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para perguntar.



VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Bom dia, colegas, bom dia, Pedro. Primeiro, dar um parabéns para o trabalho do senhor. A gente sabe que, não só aqui em Porto Alegre, mas no Brasil como um todo, boa parte da população em situação de rua é tratada, às vezes, como uma população de segunda classe, como se fosse inferior. A gente poder ter um olhar de respeito com essa população é algo muito importante. Eu gostaria de saber do senhor... Acho que o senhor já comentou bastante sobre como estão as condições das pousadas, dos alojamentos. Eu acho que uma discussão que, para nós, é muito importante, é entender qual era o papel da Prefeitura nesse processo, ver se ela tinha a ciência de que as condições eram irregulares, que as condições necessitariam de melhoras, entendendo que existia um risco, sim, de a gente poder ter um incêndio, de acordo... Seja causado por alguma pessoa que esteja sob o uso de alguma substância ou não, seja algo acidental mesmo, mas que existe um entendimento de que essas pessoas não estavam sendo tratadas com o devido respeito, e esses locais não estavam próprios para que essas pessoas estivessem lá. Gostaria de saber a impressão do senhor com relação ao trabalho da Prefeitura com o cuidado da população que lá se encontrava. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Alexandre Bublitz. Senhor Elton.

SR. ELTON BOZZETTO: Ver. Alexandre, eu já sinalizei alguns aspectos aqui, mas eu acho que nós temos que... Inclusive, como disse, o quarto objetivo da comissão, para nós, é fundamental, porque nós estamos tratando de vidas humanas. E se fosse também de qualquer outro ser vivo, é tão importante quanto a vida humana. E quando a gente negligencia o atendimento na complexidade que ele exige, a gente está impedindo que essa pessoa, que está em uma situação de dificuldade, está em uma situação de não plenitude no gozo dos seus direitos como pessoa, a gente está impedindo que ela possa progredir e ter vida com dignidade. E este é um propósito que nós, na Pastoral,



temos. Então, tanto o atendimento emergencial, aquele, sim, de distribuir comida na cidade, é necessário, porque, se a gente não tem um restaurante popular em que as pessoas possam se alimentar, alguém precisa oferecer alimento. Aliás, estive, há algumas semanas, participando de uns circuitos de debate na Bolívia sobre sustentabilidade ambiental, é outro tema, e aproveitei, em La Paz, para visitar os banheiros públicos que a população de rua utiliza. É de causar inveja aos banheiros públicos que tem em Paris, em La Paz. Os banheiros todos com água quente, com excelente condição de atendimento, todo azulejado, em perfeita condição para o atendimento da pessoa, com a maior dignidade que ela merece. Estou falando de um item da política pública, apenas de direito à população de rua. O senhor mencionou se alguma pessoa poderia ali estar sob o efeito de uma substância psicoativa, por exemplo. É possível que esteja, mas, se há essa realidade, o desafio ainda é maior, porque nós estamos negligenciando, negando o atendimento para a pessoa em todas as suas necessidades. Significa, então, que nós reduzimos ainda mais o atendimento digno que a pessoa precisa ter. E a política pública não pode sonegar esse direito. Infelizmente, em Porto Alegre, nós temos vários casos que apontem situações... Até tem um relatório aqui de apontamentos, Ver. Pedro, que gostaria de deixar uma cópia aqui, de alguns itens que nós sinalizamos. Vou falar, vereador, apenas daquelas pessoas que faleceram no evento e que nós sequer demos o direito de um sepultamento digno para as pessoas. Nós açodadamente as sepultamos sem um nome fixo no local, lá no Cemitério São João. Nós sonegamos o direito de as famílias desses falecidos comparecerem no sepultamento. Nós sonegamos o direito de um atendimento psíquico-emocional para essas famílias que perderam seus entes nesse acontecimento. Então, é uma complexidade de problemas. Ademais, se eu estou prestando um serviço da política de assistência, a política de assistência social, conforme a lei orgânica da assistência social, tem um rito que precisa ser observado: precisa ter um cadastramento; precisa ter um acompanhamento; precisa ter um planejamento; precisa ter um monitoramento e efetivação da ação. São pelo menos cinco itens da política. Quando nós



chegamos na manhã do acontecimento da Pousada Garoa, sequer, Ver. Pedro, alguém da FASC sabia o nome das pessoas que, utilizando o serviço de assistência, estavam no local. Como assim?! Pelo menos um cadastramento, acompanhamento ou monitoramento, era preciso que a gestão tivesse nas suas mãos, e nós não encontramos essa informação. O tanto que estamos ainda com a Defensoria Pública do Estado...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu sou obrigado a te interromper para perguntar: senhor falou com alguém da FASC naquele dia, pela manhã?

SR. ELTON BOZZETTO: Conversamos com o secretário de Assistência Social do Município naquela manhã, perguntando...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Sr. Léo Voigt.

SR. ELTON BOZZETTO: Os nossos agentes perguntaram e não foi fornecida...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ele não sabia?

SR. ELTON BOZZETTO: Quer dizer, se a gente entra num hotel, Ver. Sossmeier, em qualquer lugar desse mundo, tem ali pelo menos uma ficha de recepção, e a gente sabe quem está hospedado nesse hotel, por mais simples que seja o estabelecimento. E, no entanto, a gente... Até com a Defensoria Pública, a Dra. Gizane, tivemos que ir ao Departamento Médico Legal para saber, depois, fazer a identificação tardia de duas pessoas que faleceram naquela ocasião, Ver. Pedro. Então, Ver. Alex, eu acredito que essa é uma falha da nossa política e que, como diz um dos objetivos aqui, para que futuros eventos como esse não aconteçam, é hora, sim, de nós qualificarmos a política de assistência social na nossa cidade.



PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Bozzetto...

SR. ELTON BOZZETTO: E não apenas para a população de rua, para todas aquelas pessoas que necessitam do serviço de assistência.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Para ficar claro na ata, a pessoa a que o senhor perguntou quem eram as vítimas e que não sabia era o secretário de Desenvolvimento Social, Sr. Léo Voigt, ou era algum servidor da FASC?

SR. ELTON BOZZETTO: Ali esteve o nosso, o meu vice-coordenador, Renato Farias, naquela ocasião, perguntou para o secretário e para um outro agente que eu não soube identificar, estava apenas com a...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A FASC?

SR. ELTON BOZZETTO: A FASC. E aí não foi fornecido o nome das pessoas que estavam na pousada... Essa informação foi o que nos foi dito.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Satisfeito, Ver. Alexandre? (Pausa.) Se inscreveu o Ver. Giovanni Culau.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, Presidente Pedro Ruas...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Bom dia.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): ...agradeço o caráter elogioso que foi recebido na CPI, cumprimentar também...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe peço perdão pela brincadeira.



VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Fiquei feliz! Cumprimento também o relator, Ver. Marcos Felipi, os demais vereadores e vereadoras, e um cumprimento, uma saudação especial ao Sr. Elton Bozzetto, representando aqui a Pastoral do Povo da Rua. E, através de ti, Sr. Elton, gostaria de cumprimentar todo o trabalho da Pastoral no País inteiro e registrar minha solidariedade, porque, por vezes, as lideranças da pastoral são vítimas de ataques, como é o caso, em caráter nacional, do padre Júlio Lancellotti, em São Paulo. Aproveitando a sua presença, gostaria de fazer três questionamentos. O primeiro deles é que, na semana passada, tivemos aqui, Presidente Pedro Ruas, o ex-secretário.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): E eu questionei o ex-secretário sobre a sua manifestação feita em veículos de comunicação da cidade, em que ele afirmava, após o incêndio, que as pousadas eram vistoriadas e tinham condições dignas, corretas e adequadas. Essa foi a manifestação do ex-secretário após o incêndio, Sr. Elton. Diante dessas manifestações, elas contrastam com, inclusive, o seu relato de justamente a percepção de condições inadequadas das pousadas. As representações da Prefeitura também, Sr. Elton, por vezes, falam que havia um desconhecimento por parte da Prefeitura exatamente dessas condições inadequadas. Ligando estes fatos, eu gostaria de questionar o senhor sobre há quanto tempo, antes do incêndio, a pastoral já possuía relatos das condições inadequadas do atendimento na Pousada Garoa. Como o senhor percebe essa manifestação de desconhecimento por parte da Prefeitura? Eu, quando estive nas unidades da Pousada Garoa, me deparei com uma série de situações, desde condições precárias de estrutura, falta de condições sanitárias não só na individualidade, entre aspas, dos quartos, mas também nos ambientes comuns, porque, por vezes, se responsabilizava os usuários pelas condições de higiene sanitárias. Então as condições eram inadequadas não só nos espaços reservados, mas



também nos espaços coletivos. Então, repito, desde quando? Há quanto tempo a pastoral, antes do incêndio, já tinha relatos das condições inadequadas da pousada? Essa é uma primeira consideração, Presidente, apesar do tempo.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A segunda consideração é exatamente sobre como a pastoral percebe o atendimento dado às vítimas, posteriormente ao incêndio, a sobreviventes aqui que me refiro. Que tipo de atendimento receberam pelos relatos da pastoral? Foi adequado? Não foi? Esses sobreviventes seguem tendo algum tipo de acompanhamento por parte do poder público? Então, gostaria de também consultar, questionar sobre esse tema: o atendimento, o suporte, o acompanhamento do poder público aos sobreviventes da tragédia na Pousada Garoa. E, também, por fim, a minha última consideração é exatamente como a pastoral percebe o atendimento que a Prefeitura tem dado hoje às pessoas em situação de rua, pós o incêndio da Pousada Garoa. Então, como o serviço, a política de assistência tem sido executada para as pessoas em situação de rua após o incêndio que nós tivemos na Pousada Garoa no ano passado. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Giovani Culau. Me parece que o vereador... Perdão, me parece que o Sr. Elton Bozzetto entendeu bem as perguntas. Eu apenas resumo com o seu consentimento. A primeira pergunta é há quanto tempo já havia conhecimento da pastoral antes da tragédia. A segunda é com relação às vítimas que sobreviveram, mas, eventualmente, feridos, inclusive. E depois, como é o atendimento em geral. É isso. Sr. Elton Bozzetto, por favor.

SR. ELTON BOZZETTO: Obrigado, Ver. Culau, pelas questões. Obrigado pela deferência ao trabalho da pastoral no Brasil, que não tem outro sentido senão



garantir a dignidade das pessoas minimamente e assegurar condições para que superem a situação de rua. Em relação à primeira questão: no dia 17 de agosto de 2022, nós realizamos aqui na Fundação Pão dos Pobres, no auditório térreo da fundação, como temos feito, aliás, já há seis anos, a Semana do Povo da Rua em Porto Alegre. E naquela, no dia 17, naquela semana, então, dia 19, é o Dia Nacional de Luta pelos Direitos da POP Rua, em função daquele incidente do extermínio de vidas lá na Candelária, no Rio de Janeiro. Então, foi consagrado este dia 19 como essa data importante. E, no dia 17 de agosto, nós fizemos, dentro da programação, uma rodada de diálogo com o DEMHAB, com a FASC, com a secretaria da Saúde e com a Guarda Municipal. Estiveram conosco ali mais de cem pessoas em situação de rua e os agentes da pastoral, estávamos num diálogo ali. Naquela ocasião, nós já entregamos para a municipalidade uma carta de solicitações, e aí, me desculpa, eu não quero me referir apenas à situação da Pousada Garoa, eu quero me reportar à política municipal de atendimento à população em situação de rua, porque senão nós compartimentamos, colocamos numa caixinha da política a Pousada Garoa, quando, na verdade, a política municipal deve complementar e contemplar vários outros itens previstos, repito, na Lei Orgânica da Assistência Social para o atendimento adequado para as pessoas que têm necessidade e têm direito a ela. Então, naquela ocasião, fizemos a primeira exposição. Depois, no dia 13 de junho de 2023, aqui no auditório Ana Terra, Ver. Pedro, houve uma audiência pública que também estavam vários órgãos do Município, estava a FASC, estava a Guarda Municipal, a secretaria da Saúde estava conosco também...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu estava lá.

SR. ELTON BOZZETTO: É, estava o senhor, estava o presidente da comissão naquela ocasião, que eu não me recordo quem estava no exercício, na presidência da comissão. Mas, naquela ocasião, Ver. Culau, nós entregamos também uma carta, que eu tenho aqui, vou deixar cópia para a relatoria



também, deixamos uma carta com uma série de reivindicações e exposições de demandas que nós trazíamos para a Câmara Municipal, no intuito de que fosse encaminhada para a gestão, e a gestão pudesse responder essas demandas. Então, nós temos, na verdade, com a Pousada Garoa, um atendimento fora do escopo da política da assistência social. E aí nós não atendemos e nós não ajudamos a superar a situação de rua. Trago com isso um dado só para informação, nós, na reunião da semana passada da pastoral, estávamos verificando, e eu tenho o número aqui atual da população em situação de rua que está no cadastro nacional. Na terça-feira da semana passada, o número total de pessoas em situação de rua em Porto Alegre era 5.530, terça-feira da semana passada, porque os dados hoje da política nacional, Ver. Pedro, estão disponíveis *online* para quem quiser consultar. E é preciso que essa transparência exista. Se a gente não tem acesso ao controle e monitoramento da política, Ver. Sossmeier, a sociedade não tem como controlar aquilo que é atribuição do Estado em realizar. Então por isso, 5.530 pessoas, Ver. Culau, isso representa 18% a mais de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, do mês anterior à enchente do ano passado. Ou seja, a catástrofe climática que nós tivemos lançou para a rua muitas pessoas que perderam a condição básica de vida que tinham, quer seja de moradia, aluguel ou outra condição de vida. Então, com isso, eu quero responder a sua primeira questão, dizendo exatamente das condições inadequadas da aplicação plena da política.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Elton, o senhor respondeu a primeira muito bem, e a terceira muito bem, porque já está aí no seu depoimento, pelo que eu percebi, a condição atual de que, nos seus relatórios, era inclusive bastante negativa, mas falta a segunda. A segunda é o atendimento dado aos sobreviventes da Pousada Garoa, na unidade Farrapos.

SR. ELTON BOZZETTO: É porque essa foi uma pauta importante para nós, da Pastoral, porque estivemos inclusive no DML junto com a Defensoria Pública,



Ministério Público, no sentido de fazer a identificação das pessoas para verificar da possibilidade de contatar suas famílias. Porque muitas pessoas que vivem na rua são as pessoas mais solidárias que eu conheço. E acho que nós precisamos, Ver. Culau, superar um preconceito de dizer que quem está na rua é drogado e vagabundo, como tem sido dito em alguns circuitos e clubes da cidade. São pessoas portadoras de direitos, porque são cidadãos brasileiros, e se estão nessa condição é um desafio maior ainda, é um desafio maior para nós, instituições, organizações que trabalham com essas pessoas em situação de rua e com a gestão pública, porque essas pessoas necessitam mais de nós do que aquelas que estão vivendo em boas condições na cidade. E por isso nós fizemos esse intento de buscar a identificação para, pelo menos, contatar as famílias dessas pessoas para que pudessem estar presentes e fazer a sua digna despedida desse momento. E infelizmente quero dizer para o senhor que nós não tivemos êxito nesses casos, porque não tínhamos um cadastro das pessoas com alguma referência importante. Então a gente não sabia disso, mas um dos casos de um dos queimados, por exemplo, nós, da Pastoral, íamos com muita frequência lá ao Abrigo Bom Jesus para levar a pessoa até o HPS para fazer os curativos, depois de queimado, porque não havia uma prestação de serviço, estou falando da questão física. O senhor reporta a outro item que é a questão psicoemocional: o que isso vai representar isso para o futuro e para um processo de superação da situação de rua dessa pessoa? Então, nós negligenciamos esse atendimento, e acho que a política... Preciso, sim, fazer um elogio para o secretário Ritter, da Saúde, porque nós conseguimos, em Porto Alegre, mudar a dinâmica do atendimento dos consultórios de rua. Graças ao diálogo, auxiliado pela Câmara, Ver. Pedro, avançamos nesse item, muito bem, em Porto Alegre. Mas, em outros itens, a política não tem a sua completude sendo observada, Pedro. Então, quero dizer que nós negligenciamos o atendimento psicoemocional, tanto para as vítimas quanto para as suas famílias.



PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Quando o senhor diz, de uma maneira solidária, “nós negligenciamos”, o senhor quer dizer a FASC e o próprio Município, por óbvio?

SR. ELTON BOZZETTO: Eu quero dizer: por todos nós, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim, a sociedade.

SR. ELTON BOZZETTO: Todos nós, junto com o gestor, porque não pode, a gente não pode compartimentar de novo, isso é uma responsabilidade constitucional que todos nós... Eu acho que o Município, com essa situação, assumiu, sim, o risco de produzir esse resultado, e aí é um crime doloso, não culposo como está sendo dito.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. O Ver. Culau quer complementar?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, eu preciso agradecer as manifestações. Gostaria de solicitar que as duas cartas registradas aqui pudessem ser encaminhadas ao conjunto dos integrantes da CPI, juntadas aqui.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu peço aí, porque vai ser entregue ao relator, se possível, disponibilizar, não é?

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Um-hum.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Agradeço. E por fim, Sr. Elton, nós tivemos a suspensão, a interrupção dos contratos da Prefeitura com a Pousada Garoa, que tu colocas bem, é uma parte, e nós precisamos debater a política de assistência na sua integralidade. Mas uma das questões



que eu questionava, Presidente, é justamente diante da interrupção dos serviços que antes eram prestados pela Pousada Garoa e que agora investigamos: como que as pessoas em situação de rua têm sido atendidas hoje na cidade? Então as impressões da Pastoral sobre o atendimento hoje, pós-incêndio, ou melhor dizendo, pós-suspensão dos contratos com a Pousada Garoa, compreender as percepções da Pastoral é importante, na minha interpretação.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado.

SR. ELTON BOZZETTO: Permita-me responder?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

SR. ELTON BOZZETTO: Ver. Culau, sexta-feira, agora, sexta-feira dessa última semana, chegou às entidades uma informação da redução do número de vagas nos albergues que prestam esse serviço. O Albergue Acolher 1 atenderá, a partir desta sexta-feira, 68 pessoas, enquanto chegava até 120 vagas. E o Acolher 2 passa a atender 39, quando eram 75 vagas. Qual é o argumento? A falta de RH adequado para o atendimento. Isso é uma confissão pública de que a política do Município não está funcionando para a população em situação de rua e para assistência social. E nós temos 5.300 pessoas na rua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Sr. Elton Bozzetto. Eu consulto o Ver. Ustra, o Ver. Hamilton Sossmeier e o Ver. Gilvani o Gringo se querem fazer alguma pergunta. Não? Não há. Consulto o vice-presidente também, o Ver. Rafael Fleck e, particularmente, ao meu lado, o relator, se querem aí complementar.



VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu gostaria de complementar...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não...

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): ...se não tem outro vereador. Bom, sobre o item 4 do plano de trabalho, a nossa testemunha hoje relatou bastante que a sua contribuição visa muito mais mudar a política na cidade, fez algumas críticas aqui ao sistema de hoje, não de hoje, mas de algumas gestões, porque a compra de vagas não começou na antiga gestão, ela já é de alguns anos na cidade de Porto Alegre. O ex-secretário Léo Voigt trouxe aqui que, dos serviços ofertados pela assistência social, o serviço de hotelaria era o mais aceito pelas pessoas em situação de rua. Como é que o senhor avalia essa afirmação do ex-secretário, que também tem conhecimento na causa, e não só como secretário, mas anteriormente o seu currículo o levou a ser indicado como secretário dessa área na cidade, essa afirmação dele de que, de todos os serviços ofertados para as pessoas em situação de rua, o que mais era aceito era o serviço de hotelaria, pela questão principalmente da individualidade.

SR. ELTON BOZZETTO: Esse era um cardápio que era o único que as pessoas tinham, nesses moldes. Aliás, nos albergues, por exemplo, as pessoas têm que chegar às 17h e sair às 5h da manhã, então é mais complexo ainda para quem vive em situação de rua. Então, nós não... Outra vez, vereador-relator, volto à complexidade que é o atendimento para essa população. Talvez um dos mais desafiadores da política da assistência seja a população em situação de rua, porque exige um atendimento intersetorial. Como diz o Ver. Culau, para que tenha o atendimento na sua integralidade, ele precisa ser intersetorial. Nós estamos nos debatendo, Ver. Culau, agora, para aquelas pessoas que fizeram o ensino médio ali na EPA, aliás, o ensino fundamental na EPA, e que vão para o ensino médio. O ensino médio, através



do EJA, só é ofertado à noite e termina pelo menos 21h30min a aula. Nesse horário, em nenhum lugar mais as pessoas têm albergue ou abrigo para pernoitar. Como é que um estudante que está em situação de rua, Ver. Sossmeier, vai fazer o EJA? Como é que vai frequentar a escola, se não tem condições? Então, vereador, pode ser o mais aceito, porque era a possibilidade que as pessoas tinham, depois das 17h, de acessar o serviço. Então, o único só pode ser bem aceito.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Relator?

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eram essas minhas perguntas, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Informando que nós teremos, na segunda-feira que vem, às 9h30min, horário regulamentar, pelo nosso plano de trabalho. O plano de trabalho conjunto: Presidente, Relator, Vice-Presidente, que foi aceito pela Comissão, votado. Talvez tenhamos já alguma resposta até em termos de vídeos, de outro material, do relatório, talvez uma conversa com o titular da 2ª Vara Criminal de Porto Alegre, mas, por certo, depoimentos marcados, os quais eu não quero deixar aqui consignado totalmente, porque pode haver alguma alteração. Eu agradeço a presença de todos, funcionários, servidores, que nos auxiliaram muito aqui, assessoria, Ver. Marcos Felipi, Ver. Rafael Fleck, na nossa direção, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. Ustra, Ver. Culau, Ver. Alexandre Bublitz, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Gilvani o Gringo, enfim, todos os que compareceram aqui, e alguns que eu possa, eventualmente, ter esquecido aqui agradeço também. Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 10h46min.)